

A GUERRA DE TROIA.
PARADIGMA DE TODOS
OS CONFLITOS E
CONFLITUALIDADES

*The Trojan War.
Paradigm of all conflicts and
conflictualities*

MARIA DE FÁTIMA SILVA
fanp13@gmail.com
Universidade de Coimbra, CECH

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8107-9165>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_1

Texto recebido em / Text submitted on: 17/01/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 28/09/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série
pp. 23-40

RESUMO

Considerar a Guerra de Troia no âmbito de uma reflexão sobre ‘conflitos e conflitualidades’ corresponde a avaliar um paradigma do fenómeno que globalmente designamos por “guerra”. Mesmo se envolta em fantasia, a campanha travada junto a Troia como o poeta da *Iliada* a descreve contém todos os traços que a convenção e a realidade de um conflito vão repetindo. Dimensão, causas, confrontos culturais, interesses pessoais e coletivos serão sempre os pressupostos do fenómeno. A que se juntam, num plano mais específico, questões suscitadas pela hierarquia do comando, pela relação entre chefias e subordinados e, num fenómeno tão humano com a guerra, por sensibilidades e emoções.

Palavras-chave: dimensão cósmica; intervenção humana; terreno; interculturalidade; alianças.

ABSTRACT

To consider the Trojan War in the context of a reflection on ‘conflicts and conflictualities’ corresponds to assessing a paradigm of the phenomenon that we globally call ‘war’. Even if shrouded in fantasy, the campaign waged near Troy, as described by the poet of the *Iliad*, contains all the features that convention and the reality of a conflict keep repeating. Dimension, causes, cultural confrontations, personal and collective interests will always be the presuppositions of the phenomenon. To which it must be added, on a more specific level, issues raised by the hierarchy of command, the relationship between leaders and subordinates and, in such a human phenomenon as war, by sensitivities and emotions.

Keywords: cosmic dimension; human intervention; terrain; interculturality; alliances.

INTRODUÇÃO

Talvez porque mergulhada em dúvidas – sobre a sua historicidade e contornos efetivos (data, origem, extensão, consequências) – e carregada de inegável fantasia, a Guerra de Troia se tenha tornado no paradigma incontornável de todos os conflitos ou, para o dizer em poucas palavras, simplesmente em modelo do que chamamos ‘guerra’. Mas apesar de fechado o nosso foco sobre este ponto que se deseja globalizante, nem por isso lhe reduzimos o espetro de sentido. Bem pelo contrário, ‘guerra’ é um complexo de conflitualidades, envolvendo antes de mais forças superiores, que os Antigos liam como deuses ou destino, articuladas com decisões e interesses humanos; uma verdadeira guerra “de sentido cósmico”, no dizer oportuno de Allan (2008: 12). Se nenhum ser humano escapa à sua ‘sorte’, é também seguro que a Humanidade nunca foi apenas uma marionete manipulada, de forma inerte e passiva, por determinações maiores que a condicionam. Ao Homem assiste o poder de decidir, de tomar parte no seu destino, de determinar, em certa medida, o curso da sua existência, seja ela individual ou coletiva.

Nos grandes conflitos, a Guerra de Troia ensinou-nos que estão em causa, como principais motivações, confrontos de culturas. É entre os grandes blocos civilizacionais, no caso Ocidente / Oriente, que os contenciosos decisivos na existência coletiva da Humanidade se travaram e se travam¹. Das suas diferenças resultam causas, mais ou menos sólidas, a justificarem a arremetida. Em cada uma delas haverá duas partes, impulsionadas por motivações opostas: a uma cabe a agressão, à outra a defesa. Desse princípio elementar advêm pressupostos inversos, que de certo modo reequilibram a capacidade bélica de cada bloco; admitindo como inevitável que a potência agressora disponha de mais meios e efetivos, o que lhe dá (apenas) uma primeira vantagem, ao lado agredido corresponde a necessidade de proteger tudo o que são os seus valores maiores, pátria, família, liberdade, futuro. Será

¹ Apesar de o conflito troiano colocar em confronto Oriente e Ocidente, é mesmo assim verdade que o poeta da *Iliada* não acentua, do modo mais tarde adotado por relatores de conflitos com os mesmos protagonistas – como Heródoto, por exemplo –, a divergência cultural. Os valores que orientam atacantes gregos e atacados troianos são, em boa parte, comuns.

esta certamente uma exigência determinante de um certo estado de espírito, que numa guerra não é condição de menor peso.

Além de um conflito alargado, a guerra implica conflitualidades mais específicas, de valores masculinos e femininos, o mesmo é dizer militares e civis, de estratégia, de hierarquia de comando, de sensibilidade geracional, que vêm adensar-lhe a complexidade. Porque a guerra, mais do que o fruto de grandes focos de pressão, abstratos e concretos, tem os seus protagonistas, encarnados em figuras com propósitos, emoções e interesses próprios e nem sempre consentâneos com um objetivo comum. E mais uma vez a Guerra de Troia demonstrou, através dos ‘heróis’ nela envolvidos, como um conflito se esgrime entre distintos caracteres e como a importância de cada um desses indivíduos se repercute no destino coletivo.

Homero é, na transmissão do mito da Guerra de Troia, um testemunho essencial e a *Iliada* uma espécie de catálogo referencial para todas as condicionantes envolvidas num conflito coletivo. Ao longo dos séculos, a começar naquele a que se atribui, apesar de todas as polémicas, a fixação escrita dos seus versos – o século VIII a.C. –, o poeta da *Iliada* serviu de matriz obrigatória para pensar e escrever sobre ‘guerra’. Mas como um paradigma de valor que se verificou ser eterno, o poema não se mostrou estático e passivo nas referências que proporciona. Sobre ele moldaram-se muitas leituras, mais próximas umas, mais divergentes outras, garantindo a plasticidade do fenómeno bem como da sua expressão literária.

1. A TRADIÇÃO MÍTICA DA GUERRA DE TROIA: DESTINO E LIVRE ARBÍTRIO

Muitas foram as lendas que tentaram identificar as causas de um conflito tão emblemático. Embora ditadas pela imaginação, todas elas são, mesmo assim, um meio simbólico para avaliar a fragilidade dos motivos que levam, em última análise, à chacina de comunidades humanas e mesmo ao aniquilamento total de um povo antes poderoso e próspero. O nascimento vulgar de uma criança, se portadora de um destino que vem a revelar-se decisivo para a história da família e da sociedade a que pertence, transforma

uma simples ocorrência do quotidiano, a vinda ao mundo de mais um ser humano, em acontecimento de alto risco. Porque uma guerra surge, antes de mais, de atos, emoções, atitudes dos que são os seus agentes; precisa da intervenção de homens para se consomar. Páris é o símbolo primeiro daqueles que os deuses destinaram a cavar a ruína própria e a de todos os que os cercam. Aos pais, os monarcas de uma poderosa Troia, chegou a profecia de que no ventre da rainha se produzia não apenas mais um herdeiro, mas um germe de destruição. Era perentório o anúncio do destino; e, mesmo assim, foi-lhes dada a possibilidade responsável de uma escolha: tolerar-lhe a vida ou aniquilá-lo. Tomados da natural aflição que tal opção implicava, os progenitores delegaram na natureza cumprir a tarefa que lhes repugnava assumir, que fosse ela a aniquilar um rebento indesejável que surgia. Mas Páris, por bambúrrio da sorte – ou em obediência a uma força maior que tudo condiciona? –, sobreviveu para cumprir o seu destino².

Aberto o caminho a uma maldição anunciada e encontrado um protagonista, foi só observar-lhe o cumprimento. Mas não se pense que Páris foi apenas a vítima indefesa e o carrasco passivo de dois povos confrontados em conflito atroz. Porque uma vez mais o mito introduziu na sua vida um episódio emblemático que o colocou no papel de juiz, o mesmo é dizer, de responsável por uma decisão determinante. A fantasia chamou-lhe ‘juízo das deusas’³, um episódio em que estava em causa o arbítrio num certame de beleza. Era abstrato o troféu em litígio, mas simbólico no seu supremo valor e atrativo. E Páris decidiu, não com a objetividade impossível no contexto – como decidir

² Este não é um tema que tenha na *Iliada* um tratamento expresso, mas algumas vagas alusões são suficientes para provar o conhecimento que o poeta tinha dele; cf. 7.390, 24.764. No entanto, o conflito latente entre Heitor e Páris (Cantos III e VI), o irmão prudente e salvador da cidade e o fadado para lhe trazer desgraça, sugerem indiretamente esse pressuposto. Este episódio veio a ter, mais tarde, um outro impacto literário, de que a tragédia perdida de Eurípides, *Alexandre*, é o nosso melhor testemunho.

³ Há, na *Iliada*, uma referência discreta ao julgamento das deusas por Páris (24.26-30), que se veio a tornar famoso na literatura grega. Vide Walcot, 1977: 31-9. Por outro lado, as sequelas desse julgamento espelham-se na proteção dispensada por Afrodite aos interesses de Troia durante a guerra, em contraste com a animosidade, de outro modo injustificada, de Hera e de Atena.

entre belezas que três deusas, Hera, Atena e Afrodite, encarnavam? –, mas suscetível ao suborno com que uma delas soube influenciar-lhe a decisão. Beleza significou, na promessa de Afrodite, a posse do amor supremo, a vivência de uma paixão plena, a satisfação de um desejo muito humano: o de se realizar física e emocionalmente.

O que era abstrato ganhou então forma e nome de mulher. Chamou-se Helena, para sempre símbolo de formosura inigualável, mas também de uma destruição que o próprio nome escondia⁴. Páris sentiu-se no direito de reclamar o seu prémio, de raptar o troféu que uma decisão lhe garantira⁵. E foi assim que uma (simples) mulher, a rainha de Esparta, se tornou motivo da ambição humana, da imponderação que leva à violência, da virtude que convive de perto com a insensatez, da fortuna que faz fronteira com a desgraça⁶. Com o evoluir da guerra, no entanto, a figura de Helena foi sendo modulada; já a *Iliada* soube como apeá-la do pedestal de paradigma de um simulacro de beleza⁷ a esconder ameaças de morte para lhe dar laivos de mulher, tomada de remorso pelo desastre por que se sentia responsável (3.172-6, 3.242, 3.410-2, 6.344-8, 24.764). Helena converte-se então numa criatura (quase) comum, personificação do universo feminino e dos seus valores, porta-voz dos sofrimentos e frustrações que a guerra imprimiu sobre a tranquilidade das famílias.

Faz parte da leviandade de Páris dar satisfação a paixões inconsequentes como a que justificou o adultério de Helena. Torna-se, assim, em “grande flageolo” para a cidade e para todo o povo (3.48-51). Embora, na sua inconsequência, Páris atue em função de impulsos pessoais, a verdade é que não se apercebe

⁴ Cf. Ésquilo, *Agamémnon* 689, que se esforça, com recurso a uma etimologia, por acentuar a relação entre o nome de Helena e a ideia de ‘destruição’.

⁵ Este é um episódio recordado na *Iliada* por Heitor, numa reprovação a Páris, merecida pelo próprio raptor (3.46-51, 3.443-5) e por Helena (24.765-7).

⁶ A responsabilização de Helena pelo desencadear da guerra é insistente na *Iliada*: e.g., 2.160-2, 2.354-6, 3.441-6, 9.337-9, 19.324-5. Sobre a utilização literária do mito de Helena nos diversos géneros da Literatura Grega e a sua vitalidade ao longo dos séculos, *vide*, e.g., Bañuls et al., 2007; Allan, 2008: 10-3, 16-8.

⁷ Curiosamente Homero nunca refere a beleza de Helena.

das consequências coletivas e políticas de que o seu estatuto de membro da corte não isenta os seus atos. A insensatez de Páris não foi apenas funesta para o seu povo; exigindo, da parte lesada, retaliação, justificou, também para ela, uma campanha de custo elevado e de sofrimento extremo. Ficava patente o efeito multiplicativo da insensatez de um só homem, que colocava Troia na posição de responsável primeira pela agressão de que se tornou vítima.

2. CONFRONTO DE CULTURAS

Como narrativa do conflito que confrontou Aqueus e Troianos – Europeus e Asiáticos –, às portas de Troia, a *Iliada* é também um primeiro texto em que a questão das diferenças culturais tende a ser colocada⁸. E mesmo se não existe ainda, na épica arcaica, aquela contraposição clara entre Gregos e Bárbaros que o tempo veio a aprofundar, a individualidade que separa os dois campos é reconhecida e expressa de acordo com critérios que perduraram entre os antigos relatores de conflitos com esta dimensão intercultural – Ésquilo, *Persas*, e Heródoto, *Histórias* a propósito das chamadas Guerras Pérsicas.

A palavra *bárbaros*, que veio a consagrar o conflito cultural existente entre Gregos e as outras comunidades fora das suas fronteiras, tem em Homero um uso restrito (*Iliada* 2.867) (Hall, 1989: 9-11). E, quando usada, não implica ainda a conceção de uma cultura diversa / adversa, ou a conotação de um comportamento selvagem. A língua específica de um povo é mencionada num contexto onde domina o pormenor geográfico (2.868-9), como se fizesse parte da relação com um ecossistema determinado. A ilustrá-lo, a mole numerosa da liga asiática, que se faz ouvir em volta de Troia, inspira um símile com a multiplicidade de um rebanho “balindo sem cessar”; “é

⁸ A nossa análise é, em uniformidade com a observação de Sale, 1994: 13-21, baseada em dados literários, sem apoio, de resto frágil e polémico, de testemunhos históricos propriamente ditos. Como diz West, 2011: 39, trata-se de uma guerra mítica, algo que conhecemos através da saga grega e não de fonte documental. As informações de que dispomos não são, portanto, nem confirmadas nem confirmáveis, mas mesmo assim têm alguma relação com uma realidade histórica.

que nem todos tinham a mesma fala e a mesma linguagem, mas as línguas estavam misturadas porque eram povos de muitas terras” (4.437-8)⁹. Em função da tonalidade indistinta, desarticulada, neutra, que resultava do ruído coletivo de um exército mesclado, o registo que dela é dado evita o uso da palavra *glossa*; essa afeta-se a um código linguístico específico, que cria dissemelhanças em consequência da multiplicidade de mentalidades e culturas. Logo a diferença linguística, ou mesmo um mero rumor inarticulado, serve ora para estabelecer barreiras ‘políticas’, demarcando comunidades distintas, ora como elemento de coesão e aliança, de um exército imenso cujo rumor resultava da mescla de vários tons fonéticos.

Séculos mais tarde, Heródoto, o narrador de um novo conflito entre Asiáticos e Gregos, veio a usar a palavra com maior visibilidade (8.20.2, 9.43.2) para “a gente que fala bárbaro”, uma língua diferente e ininteligível para um grego. E perante a violência de uma invasão oriental que pôs em risco a liberdade da Hélade e a própria identidade europeia, o sentido de que a língua era um primeiro sintoma de um conflito civilizacional – de que a expressão oral era apenas a manifestação exterior –, reforçou a distância entre comunidades e culturas. Mas a perspicácia grega foi mais longe e evoluiu – corria ainda o séc. V a.C., em que brilharam espíritos tão lúcidos como Eurípides – para a noção de que não são afinal as diferenças culturais o que distingue as sociedades, mas as circunstâncias a que cada uma se encontra, num determinado momento, sujeita. A Humanidade é então entendida como um conjunto de criaturas semelhantes, se tida em conta a sua natureza única. A verdadeira diferença instala-se quando a ‘normalidade’ do quotidiano é ferida pela perturbação de um conflito. Aí sim, é a condição de agressor e agredido, de carrasco e vítima, que dita os contrastes¹⁰.

Os Gregos partiram para a guerra na convicção de reivindicarem a justa vingança face a um agravo que consideraram pesado, não sem que a famosa

⁹ As traduções da *Iliada* são as de Lourenço, 2005.

¹⁰ Hécuba, na tragédia de Eurípides a que dá título, é o melhor exemplo de como a pressão das circunstâncias converte em bestialidade o que era humano.

riqueza de Troia deixasse de influenciar a sua decisão de agredir uma das maiores cidades do Oriente. Mobilizaram-se no seu conjunto, constituindo uma espécie de onda europeia que, pela primeira vez no mito, arremetia contra os povos do outro lado do mar. Pensaram que os deuses patrocinavam a sua causa e dispuseram-se a todos os sacrifícios – será que os mediram corretamente? – para atingirem o sucesso. Confiaram na superioridade dos seus chefes, no vigor de Ájax ou Diomedes, na inteligência de Ulisses, na prudência de Nestor e, sobretudo, na suprema agilidade de Aquiles. Não duvidaram que, em número e capacidade militar, a vantagem lhes assistia.

Por seu lado os Troianos, como povo de uma grande cidade, reagiram com o orgulho ou até arrogância de quem é senhor de um vasto poder e se dispõe a defendê-lo. Chegaram a mostrar-se “altaneiros” (3.36, 5.623, 21.584), “arrogantes” (4.176), “orgulhosos” (10.299, 9.233, 11.564, 14.15, 15.135), “presunçosos” (13.621, 21.224, 21.414, 21.459), “autoconfiantes” (8.523, 21.55)¹¹ e “de espírito elevado”, epíteto que partilham com Heitor, o seu comandante, o que portanto os iguala aos melhores dos Aqueus. À resistência anímica, associam o empenho e a agilidade no combate; são “amigos de combater” (16.835, 17.194), sob o comando de um chefe, Heitor, a quem são devidos os títulos que distinguem os melhores: “glorioso” (e.g., 6.472, 6.494, 7.1, 7.90, 8.489), “divino” (e.g., 6.515, 7.42, 7.169, 7.192, 9.356), “vigoroso” (10.200, 11.820), “audaz” (12.60, 12.210, 22.455, 24.72) e, por todas as suas qualidades, “famoso” (24.789). Era este, à partida, o quadro humano de um conflito que mal começava os seus dez anos de duração.

À imagem dos guerreiros, o terreno veio servir de moldura e mesmo de condição imposta ao conflito. Ao acampamento aqueu correspondeu a zona costeira, a franja de território que se tornou defensiva da armada que transportara o invasor. Uma paliçada entretanto construída pretendeu ser

¹¹ Sale, 1994: 6 sublinha que “vários epítetos (dos Troianos) tendem a exprimir características negativas: arrogância, insolência, desdém para com valores civilizacionais”, embora reconheça que o seu retrato em Homero parece não dar força a estas credenciais. Por sua vez Hall, 1989: 24-5, considera estes epítetos apenas significativos de um “sentido heroico”, que tanto afeta Troianos como Gregos.

uma proteção improvisada contra um adversário que se ia revelando mais agressivo. As debilidades do poderoso invasor, sujeito às condições precárias da presença em terreno estranho, tornavam-se patentes. A geografia de Ílion, por sua vez, impôs aos que a ocupavam uma interlocução permanente entre a planície, cortada de rios¹² – em contraste com “a sedenta Argos” (4.171), ou em geral com a paisagem mais ressequida da Grécia –, a cidade íngreme e o relevo imponente do Ida, terreno por onde os Troianos, em tempo de guerra ou de paz, se moviam com naturalidade. Quando se trata de resistir ao invasor, as portas de Troia abrem-se diante da planície, para dar passagem a infantes e condutores de carros puxados por cavalos fogosos (3.261-3, 18.6-7, 20.3), que em Ílion abundam. Mas pouco a pouco, com o recrudescer da guerra, todo este território produtivo se converte em terreno de perigos e ciladas.

Uma palavra é devida aos aliados que, de uma e de outra parte, foram também um fator condicionante do resultado do conflito. O mito, uma vez mais, ajudou a explicar a mobilização do lado grego. E Helena volta a estar no centro das atenções, como objeto do que se identificou como “juramento de Tíndaro”. Consciente das dificuldades que a beleza, e alguma instabilidade emocional também, traziam a um casamento promissor, o pai de Helena procurou vincular os múltiplos pretendentes da filha a um juramento. Depois da escolha, que atribuiu à noiva, de um marido, todos os candidatos preteridos se declararam mobilizados para defender os interesses do eleito, caso alguma circunstância adversa à estabilidade do par se apresentasse. Perante a eventualidade de um conflito – apenas previsível, mas a exigir uma aliança preventiva –, o pai de Helena procurava garantir a coesão necessária ao enfrentar de uma crise. Através deste expediente, Tíndaro determinava, numa

¹² Aos rios de Troia é atribuído um papel na guerra, como que integrando a natureza envolvente no conflito. Eles, que antes foram objeto de oferendas e de culto por parte dos Troianos (21.130-2), tornaram-se cenário de duros combates e sepultura para muitos guerreiros (21.7-26, 21.120-7, 21.203-4). Por isso, em paga de uma dívida de gratidão, se insurgem contra o invasor e se empenham num derradeiro esforço de defesa (21.136-8, 21.214-382). Assim, o poema não deixa de salientar a harmonia natural que liga todos os elementos do ecossistema com a população que o habita.

jogada antecipatória, o recrutamento geral dos reis das inúmeras cidades da Grécia. Vale a pena lembrar que, aos aliados por força de um juramento, se veio juntar o grande ‘voluntário’ do conflito, Aquiles. O herói da Ftia não se contava no número dos pretendentes, não tinha pessoalmente contas a ajustar com o príncipe troiano; era sua qualidade essencial o heroísmo e seu motivo para entrar na luta não mais do que a conquista da glória. E essa foi-a construindo, no tempo breve que a vida lhe permitiu, com avanços marcadamente individualistas e uma manifesta aversão pela centralidade do comando. “O reconhecimento da importância superior da comunidade é crucial, mas isso é algo que Aquiles, apesar da sua proeminência e poder, não entende: trata-se de um herói incapaz de se sujeitar à disciplina” (Hertel, 2011: 439). E por isso paga um preço elevado: com a perda de inúmeros companheiros, com a morte do seu melhor amigo e, em última análise, com a sua própria. Se, numa visão positiva, lhe assistem todas as qualidades de um combatente decisivo nos resultados do conflito, não deixa também de encarnar a condenação de um individualismo inimigo dos interesses da comunidade.

Do lado troiano, a narrativa homérica sobreleva uma política externa sensata e precavida. Antes de mais, a prática da hospitalidade (*xenia*) fundamentou essa coesão. Como não foi despicienda a política de alianças que o soberano de Troia fundamentou em múltiplos casamentos com várias mulheres orientais, para além de Hécuba, de quem teve uma ampla descendência (21.88, 24.495)¹³. Por isso, chegada a hora da crise Troia pôde contar com o apoio dos aliados sem o qual a sobrevivência da cidade seria impossível (17.144-5). E assim viu reunidos nas suas fileiras homens valentes como Eneias, Licáon, Sarpédon ou Glauco.

3. AS PEQUENAS/GRANDES CONFLITUALIDADES DE UMA GUERRA

Se a defesa de um objetivo comum pôde juntar toda uma profusão de comunidades, as pequenas / grandes conflitualidades que o próprio tempo e tensão

¹³ Sobre as diversas esposas de Príamo, *vide* Kirk, Richardson, VI, 1993: 325-6.

do combate geraram entre os envolvidos não deixaram de se fazer sentir. Em primeiro lugar as vantagens a auferir da campanha produziram atritos entre as chefias dos diversos batalhões; a proporção entre o esforço aplicado e os benefícios obtidos nem sempre deixou satisfeitos os que à partida se intitulavam ‘companheiros de armas’. Mas se considerarmos a hierarquia militar, ficou também patente a controvérsia e as críticas geradas entre os subordinados em relação à personalidade ou estratégias adotadas pelos seus superiores.

Se é o ataque a Troia o eixo central da *Iliada*, muitas outras cidades da Tróade foram sendo alvo de saques (traduzidos em chacina dos homens, apropriação de bens e captura de mulheres e crianças)¹⁴, com que os invasores debilitaram a capacidade de resistência inimiga e reforçaram o seu próprio equipamento e provisões. Desses saques, a repartição entre os combatentes serviu também de estímulo e de prémio ao seu empenhamento no combate. E os conflitos são gritantes, ou não seja a célebre “cólera” de Aquiles produzida por uma dessas distribuições, o que gera, entre Aquiles e Agamémnon, o diferendo que serve de motivo a todo o poema. As acusações de Aquiles em relação ao chefe supremo dos exércitos são desassombradas; “zeloso do seu proveito” (1.149), desrespeitador dos benefícios consensualmente atribuídos aos companheiros de armas, ele tira sempre vantagem na divisão dos bens que outros com mais mérito ajudaram a saquear (1.161-4). E o herói da Ftia teria mesmo desembainhado a espada e agredido aquele que, apesar de detentor da autoridade suprema não correspondia em excelência a essa patente, não fosse Atena, a deusa encarnando a cautela, lhe ter travado o gesto. Não lhe bloqueou, no entanto, a raiva, que o levou a retirar-se, com o batalhão dos Mirmidões, do terreno de luta e o colocou na atitude de observador passivo da chacina de que os Aqueus estavam a ser vítimas às mãos do inimigo. Todas as distinções com que o chefe supremo, Agamémnon, agora ciente das consequências da desavença, tentou apaziguar essa cólera, deixaram Aquiles renitente. A célebre embaixada enviada ao herói ofendido, portadora de uma missão de paz, foi preparada com cuidado: na seleção dos seus membros, que

¹⁴ Cf., e.g., 6.414-8, 9.664-8, 19.60.

pela maior proximidade com Aquiles ou pelas suas qualidades diplomáticas se mostravam mais promissores (Fénix, como antigo mestre de Aquiles, Ájax, um símbolo de valentia, e Ulisses, o diplomata nato); nas condições oferecidas para apaziguar o ofendido, generosas (9.131-57). Mas sem resultado, porque era obstinada a raiva do Pelida. A sorte das armas viu-se assim condicionada por um problema de gestão da guerra, viciada por pergaminhos de chefes em conflito. Só depois de muitas mortes, emoções e sofrimentos, Agamémnon e Aquiles retrocederam nas suas rivalidades, sobretudo quando a investida troiana contra a frágil paliçada que lhes protegia o acampamento recrudescu. Depois de terem sido os homens a condicionar os acontecimentos, eis que os acontecimentos passaram a condicionar os homens.

Por seu lado a própria rotina do comando produz naturais contestações que se tornam, por vezes, audíveis e incómodas. As reuniões do conselho de guerra ou as grandes assembleias inclusivas de todos os militares são oportunidades para a expressão de opiniões e discordâncias. Do lado grego, várias são as vozes interpeladoras de Agamémnon que, apesar da legítima autoridade que lhe dá o cargo de que foi investido, não satisfaz pela competência os que tem sob seu comando¹⁵. Os reparos podem ser construtivos, assumir a forma de conselhos prudentes de quem, porque mais velho e experiente – como é o caso de Nestor –, sente poder dar uma colaboração positiva no plano das decisões, quando os anos o impedem de participar no combate. Mas nem sempre as críticas têm este tom cooperante; e o poeta da *Iliada* encarna em Tersites, o mais feio e desagradável dos guerreiros, o papel de contestar em público, numa atitude aberta de reprovação e desafio, a autoridade suprema dos exércitos (2.211-42).

Do lado dos Troianos, divergências equivalentes entre as chefias criam iguais tensões. Príamo é, como descendente legítimo da linhagem troiana, o

¹⁵ Um exemplo também significativo é a assembleia do Canto IX, convocada em hora da maior dificuldade para os Aqueus, em que Diomedes confronta com palavras duras o comandante supremo, Agamémnon (9.32-49): “... Com dualidade te presenteou o Crónida de retorcidos conselhos: / por um lado com o cetro te concedeu seres honrado acima de todos; / mas por outro não te deu valentia, onde reside a maior força de todas...” (tradução de Frederico Lourenço, 2005).

soberano em exercício; por isso se banaliza a referência a Troia como “cidade de Príamo” (e.g., 1.19, 2.37, 2.332, 2.373, 7.296). Tal não significa, porém, que o regime adotado em Troia seja uma monarquia absoluta e autoritária; a cidade tem instituições, uma assembleia, um conselho, além de um rei. As decisões são tomadas em assembleia, onde Troianos e aliados têm liberdade de intervenção e mesmo espaço para crítica, embora pareça haver um ascendente da posição régia, que, em caso de divergência, prevalece (2.786-808, 7.345-420). A par das assembleias plenárias que juntam, indistintamente, velhos e novos, Príamo dispõe de um de conselho de anciãos, integrando o soberano e os seus irmãos (*vide* Sale, 1994: 70-4), que a velhice afasta do campo de batalha. E se as forças lhes faltam, são, em contrapartida, “exce-lentes oradores” (3.150-1). A designação de “regentes troianos” (3.153) que lhes é aplicada não deixa dúvidas sobre a sua influência política junto do rei.

Heitor é, do lado da defesa, o alvo das críticas, por lhe caber, como primogénito de Príamo, o primeiro lugar na hierarquia de guerra. O contencioso mais sensível que tem de enfrentar no plano do comando é o que o confronto com Páris, neste caso em função de fatores de caráter e de sentido da responsabilidade que separam os dois irmãos. Constatar a imaturidade de Páris, os motivos fúteis que o afastam de objetivo central de defender a pátria provoca em Heitor censuras violentas. Mas há também uma contestação mais abrangente a que a sua autoridade não se exime. Aos aliados a chefia troiana tolerava opiniões e reparos, como os que Glauco da Lícia dirige a Heitor (17.142) – “Heitor, és um belo homem, mas na guerra deixas muito a desejar” –, como introdução a um rol de reprovações que denunciam a fraqueza do chefe troiano como indigna do empenho e do risco que os seus aliados investem na campanha. Em contrapartida, Troia pode contrapor que, se beneficia desse reforço de combatentes, investe na sua manutenção gastos vultuosos (17.225-6): “Com esta intenção depaupero o povo por causa das provisões com que aumento a coragem de cada um de vós”.

Além das assembleias formais e plenárias, onde a autoridade de Príamo ouve opiniões dos conselheiros ou do povo, reuniões de emergência podem ser feitas no próprio terreno de luta. Heitor, que não tem autoridade política, mas é responsável pelo comando das tropas no campo de batalha, tem dessas

reuniões a iniciativa. Sale (1994: 59-60) flexibiliza o estatuto de comandante de Heitor. Reconhece que, por vezes, lhe é necessário 'persuadir' os seus homens, em outros casos 'estimulá-los' e, por fim, 'dar ordens'. E daí conclui, o que parece evidente, que a autoridade de Heitor é relativa, sem deixar de ser visível a importância que a intervenção da chefia no terreno pode ter sobre o ânimo de cada um dos combatentes.

Quando a noite traz uma trégua ao combate (8.489), Heitor promove uma reunião para partilhar com os seus subordinados um plano de guerra. Ao palácio, substituem-se "os redemoinhos do rio" (8.490), em sítio livre dos destroços da luta. O debate está arredado deste outro modelo de assembleia, onde o comandante, de lança em punho como símbolo da sua autoridade, se limita a traçar planos que o seu auditório acata sem reticências (8.497-541). O projeto de Heitor submete-se às condições; a noite impõe uma trégua no confronto do inimigo, mas apresenta-se como um tempo que não deve desmobilizar a defesa troiana e a sua estratégia. E se as posições no terreno devem estar protegidas em relação a qualquer investida do inimigo, a cidadela, bastião central da identidade troiana e sede do seu poder, deve manter-se atenta contra uma possível tentativa de um último assalto. Com a partilha das suas preocupações e medidas preventivas, Heitor procura contagiar os seus homens do mesmo ânimo de vencer que o domina. Tal como, na gestão da cidade, Príamo dispõe de um conselho de anciãos com quem partilha opiniões, também Heitor, no terreno de luta, assume a responsabilidade de mobilização dos seus homens para o prosseguimento da resistência.

Estes são vislumbres de um quotidiano de guerra que escapa à observação exterior, mas que é determinante porque pode pôr em causa um resultado. Há tentativas de barrar o curso de um conflito destrutivo; assim a manifesta impotência de Páris perante Menelau, num duelo que haveria de resolver um conflito de forma restrita e que remata de modo inconclusivo, permite que o combate generalizado prossiga com mais vigor e violência do que antes. Do mesmo modo que a cólera insatisfeita de Aquiles, privado de uma distinção a testemunhar o apreço dos companheiros pelo seu esforço de guerra, o leva a retirar-se do combate, a adotar uma intransigência irredutível e, com a sua ausência, a colocar em risco supremo a sorte dos Aqueus.

Mas consideremos ainda um outro duelo inconclusivo, apesar de toda a violência nele investida, e o que significou para a proximidade de um desfecho para tão longa guerra: aquele combate que confrontou Aquiles e Heitor¹⁶. Somados os motivos da guerra e os seus trâmites tão incertos com o volume acumulado de baixas, neste conflito entre dois combatentes de excelência jogou-se tudo o que a guerra pôs em causa. Sem dúvida duas culturas desafiavam-se olhos nos olhos, encarnadas num europeu e num asiático, numa disputa por prestígio, poder e riqueza. Jogava-se o destino de um povo e de uma cidade, quando, diante das portas de Troia, o garante da sua defesa enfrentava, numa luta de morte, o mais capaz dos adversários. Mas impunham-se agora também as emoções pessoais: da parte de Heitor a consciência do risco que os seus corriam, a poucos metros de distância, e o temor perante a ferocidade de um adversário que sabia temível; do lado de Aquiles, a sede de vingança por um companheiro morto, Pátroclo, só resgatável a preço de sangue; a mutilação do cadáver de Heitor, quando vencido, foi ainda um juro acrescido numa cobrança já ganha, porque em Aquiles, à supremacia no combate, se somava uma certa incapacidade de reconhecer limites que uma guerra estimula. Este é, apesar da focagem tão cingida – ou justamente por causa dela –, o clímax de dez anos de guerra. Fica mais uma vez manifesto como é da vontade dos indivíduos, neste momento de dois apenas, como paradigma de duas partes em conflito, que o destino da Humanidade depende.

A *Iliada* não acompanha o desfecho da guerra. Aquiles sobrevive ao duelo e o desabar de Troia é, no poema, apenas uma desgraça anunciada (por Agamémnon, 4.164-5, por Heitor, 6.448-9, por Zeus, 15.70-1). Um engano bem sucedido, saído da imaginação de Ulisses – o célebre estratagema do cavalo de pau¹⁷ – proporcionou aquilo que a força das armas não tinha conseguido atingir:

¹⁶ Os dois duelos ocorrem em manifesta simetria, um – que confronta os dois maridos de Helena – apontando para o início da guerra, o outro – opondo os dois guerreiros mais valentes de cada um dos lados –, indiciando o seu desfecho, porque a morte de Heitor equivale, por antecipação, à queda de Troia.

¹⁷ Narrado em *Odisseia* 4.271-89, por Menelau, e em *Odisseia* 8.492-8 pelo aedo Demódoco. Os diversos episódios que conduziram à queda de Troia para além do termo da ação da *Iliada*

o acesso às muralhas de Troia. Seguiu-se o extermínio da população e o incêndio que devorou a cidade de Príamo (previsto em *Iliada* 22.410-1). Cumpriu-se o que, na *Iliada*, era ainda apenas uma antevisão vagamente adiantada por Heitor na célebre despedida da esposa, Andrómaca (Canto VI), e mais claramente antecipada pela já então viúva Andrómaca, perante o cadáver do marido e protetor (22.485-507, 24.746-95); pela imaginação de ambos perpassava o desfecho mais emblemático de uma guerra genocida: o homicídio de uma criança, alheia a tudo o que se passava em sua volta, mas carregando a promessa de ser um futuro para a comunidade que desaparecia (24.727-30); Astíanax, o herdeiro do trono, ainda um menino de colo, era lançado dos muros da cidade de que um dia havia de ser rei. A cobardia sobrepunha-se à heroicidade.

É certo que as atrocidades finais do conflito excedem as fronteiras da *Iliada*, que no poema são ainda somente vislumbres de uma catástrofe anunciada. Mas, como afirma Schein (1997: 348),

o movimento em direção à morte – morte de Heitor, morte de Aquiles¹⁸, ruína de Troia –, no mundo mortal do poema tem um só sentido, é uma realidade que lhe confere muito do seu poder como representação da condição humana, tragicamente urgente e limitada.

CONCLUSÕES

Nunca os homens, ao longo da História, deixaram de testemunhar os contornos de um conflito, e a geração que partilhamos não tem sido exceção. As motivações variam, os nomes determinantes também, mas algo de essencial persiste. Há interesses envolvidos, muita imprudência e indiferença pelo valor superior da vida, demasiadas emoções em jogo. Perde-se a noção do relativismo

são, particularmente, tratados em outros poemas do chamado Ciclo Épico e trazidos a cena no teatro trágico do séc. V a.C. Mas a alusão que lhes é feita nos Poemas Homéricos documenta a sua existência em fase pré-iliádica.

¹⁸ Narrada em *Etiópida*, um outro poema do Ciclo Épico, por nós apenas conhecido por um resumo de Proclo.

da primeira causa – um troféu a que a tradição chamou Helena –, uma razão frágil e abstrata. Acredita-se na vantagem, sempre precária, das máquinas de guerra e dos meios disponíveis. Alimenta-se uma esperança de vitória.

Mas esquece-se o que é essencial, a autoridade suprema do destino, a intervenção determinante do tempo, a precaridade de tudo o que é humano. Além de que a responsabilidade final pela ruína que a guerra sempre traz cabe também aos ‘heróis’, aqueles a quem, sobre a excelência – se a possuem ... –, incumbe a missão incomensurável de intervir na construção do futuro coletivo. São sugestivamente conclusivas as palavras de Létoublon (2011: 42) a propósito das múltiplas condicionantes com que o mito justifica o desencadear de uma guerra: “nenhuma delas, porém, constitui a causa principal de um conflito – exceto que a guerra talvez seja uma condição natural da Humanidade”.

BIBLIOGRAFIA

- Allan, William (2008). *Euripides. Helen*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bañuls, José Vicente; Fialho, M. Céu; López, Aurora; De Martino, Francesco; Morenilla, Carmen; Pociña Pérez, Andrés; Silva, M. Fátima (Eds.) (2007). *O mito de Helena de Tróia à actualidade*. Coimbra: Universidades de Coimbra, Foggia, Granada e Valencia.
- Hall, Edith (1989). *Inventing the barbarian. Greek self-definition through tragedy*. Oxford: Oxford Clarendon Press.
- Hertel, Dieter (2011). The myth of history: The case of Troy. In Ken Dowden, Niall Livingstone DPhil (Eds.), *A Companion to Greek Mythology* (425-441).
- Kirk, Geoffrey; Richardson, Nicholas (1993). *The Iliad: A commentary*. VI. Cambridge: Cambridge University Press.
- Létoublon, Françoise (2011). Homer’s use of myth. In Ken Dowden, Niall Livingstone DPhil (Eds.), *A Companion to Greek Mythology* (27-45).
- Sale, William (1994). The government of Troy. Politics in the *Iliad*. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, 35, 1, 5-102.
- Schein, Seth (1997). The Iliad: Structure and interpretation. In I. Morris and B.B. Powell (Eds.), *A New Companion to Homer* (345-59). Leiden: E. J. Brill.
- Walcot, Peter (1977). The judgement of Paris. *Greece & Rome*, 24, 1, 31-39.
- West, Martin (2011). *The making of the Iliad*. Oxford: Oxford University Press.